

Ficha de Unidade Curricular

Curso de Mestrado em Direito e Prática Jurídica

1. Nome da Unidade curricular:

JUSTIÇA CONSTITUCIONAL

2. Informação Complementar:

Duração: Semestral

3. Docente responsável e respetiva carga letiva na unidade curricular:

Raquel Alexandra de Jesus Gil Martins Brízida Castro

4. Outros docentes e respetivas cargas letivas na unidade curricular:

N/A

5. Objetivos de aprendizagem (conhecimentos, aptidões e competências a desenvolver pelos estudantes):

Dotar os alunos dos conhecimentos teóricos e práticos de Justiça Constitucional que lhes permita lidar com as questões jurídico-constitucionais relevantes para o exercício da atividade forense, cada vez mais complexas e desafiantes.

Para além do foco devido à estrutura e conceitos básicos atuais e tradicionais do contencioso constitucional, o presente programa destaca o tema da Justiça Constitucional na Era da Inteligência Artificial, atentos os impactos da Nova Regulação Tecnológica e Digital da UE no futuro da Justiça Constitucional da UE e na transformação dos Tribunais Constitucionais da UE.

A Justiça Constitucional e os meios processuais de garantia das Constituições devem adaptar-se à realidade digital e aos desafios disruptivos da IA, no sentido da construção de um Estado de Direito Democrático, Social e Digital. Significa que os seus princípios estruturantes – legalidade, separação de poderes, proteção dos direitos fundamentais, transparência, responsabilização e controlo judicial – devem ser plenamente aplicados e garantidos no ciberespaço e na era das tecnologias avançadas, como a Inteligência Artificial e as tecnologias quânticas.

6. Conteúdos programáticos:

1. A Transformação Constitucional Invisível da Inteligência Artificial e o Estado de Direito Democrático Digital

- 1.1. Desintegração Jurídico-Constitucional na Era da IA
- 1.2. A IA e as Dimensões Estruturantes da Legalidade num Estado de Direito Democrático Digital
- 1.3. O Impacto da IA nos Direitos Fundamentais

2. A Tutela dos Direitos Fundamentais no Constitucionalismo Multinível Europeu na Era da IA

- 2.1. Ainda Sobre as Vulnerabilidades do Pluralismo Constitucional e do Constitucionalismo Multinível
- 2.2. Os Limites Constitucionais do Primado do Direito da UE no Ordenamento Jurídico-constitucional Português

3. A Desadequação Estrutural do Constitucionalismo Multinível Europeu e do Sistema Português de Fiscalização da Constitucionalidade na Era da IA

- 3.1. O Labirinto Processual do TEDH
- 3.2. O Contencioso Administrativo e a (Quase) Inacessibilidade do TJUE

4. A Desadequação Estrutural do Sistema Português de Justiça Constitucional face à Constitucionalidade Algorítmica

- 4.1. A Fiscalização Preventiva da Constitucionalidade na Era da IA
 - 4.1.1. Os Pressupostos Processuais e os Efeitos das Decisões
 - 4.1.2. O *Efeito Backlash* Como Reação a uma Leitura Expansiva do Primado



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

4.1.3. O Problema Constitucional dos Reenvios Prejudiciais pelo Tribunal Constitucional em Fiscalização Preventiva da Constitucionalidade

4.2. A Fiscalização Sucessiva Abstrata da Inconstitucionalidade na Era da IA

4.2.1. Pressupostos Processuais

4.2.2. O Regime Constitucional dos Efeitos Típicos das Decisões de Provimento do Tribunal Constitucional

4.2.2.1. O Caso Administrativo Decidido e a Sua Equiparação ao Caso Julgado

4.2.3. O Problema dos Efeitos da Declaração de Inconstitucionalidade Com Força Obrigatória Geral à Luz do Primado do Direito da UE

4.2.3.1. Limitação de efeitos, Sistemas Algorítmicos e Risco Sistémico

4.2.4. A Eventual Tangibilidade do Caso Julgado Pela Declaração de Inconstitucionalidade de Normas Sancionatórias Menos Favoráveis

4.3. A Fiscalização Concreta da Constitucionalidade na Era da IA

4.3.1. Os Pressupostos Processuais

4.3.2. Tipos de Recursos e Legitimidade Processual

4.3.3. Os Efeitos das decisões

4.3.4. Efetividade do Direito da UE versus Garantias Constitucionais em Fiscalização Concreta: Reenvio Prejudicial e Dilemas Jurídico-Constitucionais

4.3.5. Fiscalização por Omissão: As Omissões Lesivas de Direitos Fundamentais no Contexto da IA

7. Demonstração da coerência dos conteúdos programáticos com os objetivos da unidade curricular:

Os conteúdos programáticos desta Unidade Curricular estão em consonância com os seus objetivos pedagógicos, privilegiando uma abordagem teórico-prática da Justiça Constitucional.

8. Metodologias de ensino:

Nesta Unidade Curricular serão utilizadas as seguintes metodologias de ensino e aprendizagem:

1. Aulas teóricas: exposição teórico-problemática dos conteúdos programáticos, suscetíveis de estimular o espírito crítico dos discentes.

2. Aulas práticas [discussão e resolução de casos práticos, análise de Acórdãos];

A avaliação processar-se-á da seguinte forma:

- Participação nas aulas, Apresentação Oral e Discussão na Aula de Jurisprudência pelos alunos – (15 por cento);
- Realização de um Teste Final escrito no final do Semestre (35 por cento)
- Exame Escrito (50 por cento)

9. Avaliação:

(máximo 1000 caracteres)

10. Demonstração da coerência das metodologias de ensino com os objetivos de aprendizagem da unidade curricular:

As metodologias de ensino delineadas estão em coerência com os objetivos de aprendizagem, atenta a relevância da dupla natureza teórico-prática das respetivas aulas, inclusive a discussão de artigos científicos, a análise de jurisprudência e a resolução de casos práticos.

11. Bibliografia principal:

BLANCO DE MORAIS, Carlos
(2011) Justiça Constitucional, Tomo II, Coimbra Editora: Coimbra;

BRÍZIDA CASTRO, Raquel
Monografias

• (2026) A Transformação Constitucional Invisível: O Direito Constitucional na Era da Inteligência Artificial; Almedina: Coimbra; no prelo;



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

- (2023) Direito Constitucional: Tecnologia e Ciberespaço. Declínio do Constitucionalismo na UE?, Almedina: Coimbra;
- (2022a) Justiça Constitucional em Tempos de Emergência, Almedina: Coimbra;
- (2012a) As Omissões Normativas Inconstitucionais no Direito Constitucional Português, Almedina. Coimbra;
http://www.almedina.net/catalog/product_info.php?products_id=19162;

Artigos Científicos

- (2025b) “O Tribunal Constitucional ainda é o último garante da Constituição”, in Democracia e Liberdade: 50 anos da Assembleia Constituinte, Coord. Manuel Monteiro, Edição Idl – Instituto Amaro da Costa: Lisboa; pp. 108-114;
- (2025a) “Entre a Constituição invisível da União Europeia e o Crepúsculo da Justiça Constitucional: O que sobrá para os Tribunais Constitucionais da UE?”, in Novos Estudos Sobre a Constituição, Coord. Lúcia Amaral, Vitalino Canas e Jorge Miranda; Edições Assembleia da República, pp. 159-188;
- (2024b) “Uma leitura jusfundamental do “privilegio dos media”: na Era Digital, o jornalismo vai nu...”, in A Liberdade de Imprensa em Portugal e na Europa, Edição Comemorativa Aniversário dos 160 anos do Diário de Notícias, Paulo Pinto de Albuquerque (Coord.) Universidade Católica Editora/Diário de Notícias; pp. 298-316;
- (2024a) “Os efeitos típicos da declaração de inconstitucionalidade com força obrigatória geral como limite do primado do direito da União Europeia no ordenamento jurídico-constitucional português”, in Revista do CEJ, (número comemorativo dos 40 anos do Código Penal); 2023-I; pp. 69-100;
- (2023g) “Ethics versus Law in the Regulation of Artificial Intelligence: Ethics a la carte?”, in ELPIS v-Law Review on «Artificial Intelligence and the Law», number 7;
- (2023b) “Impactos jurídico constitucionais do Acórdão do Tribunal Constitucional n.º 268/2022: (novas e velhas) Luzes e Sombras do direito constitucional europeu no ordenamento jurídico-constitucional português”, in Estudos em Homenagem ao Professor Doutor João Caupers;
- (2022a) Cyberspace and Constitution (October 26, 2022). Lisbon Public Law Working Paper No. 2, Available at SSRN: <https://ssrn.com/abstract=4259138> or <http://dx.doi.org/10.2139/ssrn.4259138>
- (2022b) “A eventual tangibilidade do caso julgado fundado em normas inconstitucionais sancionatórias menos favoráveis: breves notas sobre o Acórdão do Tribunal Constitucional n.º 268/2022”, in Boletim da Ordem dos Advogados; n.º 35; Disponível: <https://boletim.oa.pt/a-eventual-tangibilidade-do-caso-julgado-fundado-em-normas-inconstitucionais-sancionatorias-menos-favoraveis/>
- (2022c) “Justiça constitucional em tempos de emergência”, in Observatório Almedina; agosto 2022; disponível: <https://observatorio.almedina.net/index.php/2022/08/24/justica-constitucional-em-tempos-de-emergencia/>
- (2022e) “Algumas notas processuais sobre o controlo de constitucionalidade de normas de emergência na ordem jurídico-processual portuguesa: Em especial, a jurisprudência constitucional e administrativa da Pandemia”, in Impacto da Pandemia da Covid-19 nas Estruturas do Direito Público, Coord: Carlos Blanco de Moraes, Miguel Nogueira de Brito e Miguel Assis Raimundo, Almedina: Brasil; pp. 279-319;
- (2022f) “O princípio da garantia do equilíbrio institucional de poderes como limite negativo intangível da Constituição portuguesa de emergência”, in O Direito Público e a Crise Pandémica, Coord. Francisco Pereira Coutinho, Dulce Lopes e Catarina Botelho; Edição: FCT, Nova School of Law e CEDIS – Centro de I&D sobre Direito e Sociedade; pp. 77-115. Disponível: <https://cedis.novalaw.unl.pt/wp-content/uploads/2022/10/O-DIP-e-a-Crise-Pandemica.pdf>
- (2017a) “Novas Tecnologias, Ciberespaço e Mutações Constitucionais: Da Perda da Inocência Algorítmica à Relevância Jurídico-constitucional dos Factos e Normas Tecnológicas”, in Nos 40 anos da Constituição, Organização de Jorge Miranda, ICJP/AAFDL: Lisboa; pp. 114-165: <https://eds.s.ebscohost.com/eds/detail/detail?vid=4&sid=318448cc-ee7c-4e20-870f-a7c370709b99%40redis&bdata=Jmxhbm9cHQtHQM2l0ZT1lZHMtYGl2ZQ%3d%3d#AN=ccul.KOHA.ULISBOA.1630441&db=cat08786a>
- (2017b) “Ciberespaço e Constituição”, in Boletim da Ordem dos Advogados, Julho de 2017; http://boletim.oa.pt/oa-02/opinioao_raquel-alexandra-brizida-castro
- (2016b) “Constituição e Ciberespaço: Argumentos para um “Direito Constitucional do Inimigo?””, in Cyberlaw By CIJIC, Revista do Centro de Investigação Jurídica do Ciberespaço da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, n.º 1, disponível online: <https://eds.s.ebscohost.com/eds/detail/detail?vid=5&sid=318448cc-ee7c-4e20-870f-a7c370709b99%40redis&bdata=Jmxhbm9cHQtHQM2l0ZT1lZHMtYGl2ZQ%3d%3d#AN=ccul.KOHA.ULISBOA.728913&db=cat08786a>



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

- (2012b) - "Por uma Fiscalização Concreta e Difusa das Omissões Legislativas Inconstitucionais que violam Direitos, Liberdades e Garantias", in Obra Colectiva de Homenagem ao Professor Doutor Jorge Miranda, Volume III, Coimbra Editora: Coimbra; pp. 471-512. <https://eds.s.ebscohost.com/eds/detail/detail?vid=12&sid=318448cc-ee7c-4e20-870f-a7c370709b99%40redis&bdata=Jmxhbm9cHQtcHQmc2l0ZT1lZHMtbGl2ZQ%3d%3d#AN=ccul.KOHA.ULISBOA.1082197&db=cat08786a>



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

Curricular Unit Sheet

Course Master's Degree in Law and Legal Practice

1. Curricular Unit Name:

CONSTITUTIONAL JUSTICE

2. Complementary Information:

Duration: Semester

5. Learning outcomes of the curricular unit:

To provide students with the theoretical and practical knowledge of Constitutional Justice required to handle relevant legal-constitutional issues in forensic practice, which are becoming increasingly complex and challenging.

In addition to the necessary focus on the current and traditional basic structures and concepts of constitutional litigation, this syllabus highlights the topic of Constitutional Justice in the Era of Artificial Intelligence, considering the impacts of the EU's New Technological and Digital Regulation on the future of EU Constitutional Justice and the transformation of EU Constitutional Courts.

Constitutional Justice and the procedural means of guaranteeing Constitutions must adapt to the digital reality and the disruptive challenges of AI, moving towards the construction of a Democratic, Social, and Digital State governed by the Rule of Law. This means that its structuring principles (legality, separation of powers, protection of fundamental rights, transparency, accountability, and judicial review) must be fully applied and guaranteed in cyberspace and in the era of advanced technologies, such as Artificial Intelligence and quantum technologies.

6. Syllabus:



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

1. The Invisible Constitutional Transformation of Artificial Intelligence and the Digital Democratic Rule of Law

- 1.1. Legal-Constitutional Disintegration in the Era of AI
- 1.2. AI and the Structuring Dimensions of Legality in a Digital Democratic Rule of Law
- 1.3. The Impact of AI on Fundamental Right

2. The Protection of Fundamental Rights in European Multilevel Constitutionalism in the Era of AI

- 2.1. Reassessing the Vulnerabilities of Constitutional Pluralism and Multilevel Constitutionalism
- 2.2. The Constitutional Limits of the Primacy of EU Law within the Portuguese Legal-Constitutional Order

3. The Structural Inadequacy of European Multilevel Constitutionalism and the Portuguese System of Constitutional Review in the Era of AI

- 3.1. The Procedural Labyrinth of the ECHR
- 3.2. Administrative Litigation and the (Near) Inaccessibility of the CJEU

4. The Structural Inadequacy of the Portuguese Constitutional Justice System Face to Face with Algorithmic Constitutionality

- 4.1. Prior Review of Constitutionality in the Era of AI
 - 4.1.1. Procedural Requirements and the Effects of Decisions
 - 4.1.2. The Backlash Effect as a Reaction to an Expansive Interpretation of Primacy
 - 4.1.3. The Constitutional Problem of Preliminary Rulings by the Constitutional Court during Prior Constitutional Review

4.2. Abstract Subsequent Review of Unconstitutionality in the Era of AI

- 4.2.1. Procedural Requirements
- 4.2.2. The Constitutional Regime of the Typical Effects of Judgments Sustaining Unconstitutionality by the Constitutional Court
 - 4.2.2.1. The Settled Administrative Case (Caso Administrativo Decidido) and its Equivalence to Res Judicata
- 4.2.3. The Problem of the Effects of a Declaration of Unconstitutionality with General Binding Force in Light of the Primacy of EU Law
 - 4.2.3.1. Limitation of Effects, Algorithmic Systems, and Systemic Risk
- 4.2.4. The Potential Tangibility of Res Judicata through the Declaration of Unconstitutionality of Less Favourable Sanctioning Rules

4.3. Concrete Constitutional Review in the Era of AI

- 4.3.1. Procedural Requirements
- 4.3.2. Types of Appeals and Legal Standing (Legitimidade Processual)
- 4.3.3. The Effects of Decisions
- 4.3.4. Effectiveness of EU Law versus Constitutional Guarantees in Concrete Review: Preliminary Rulings and Legal-Constitutional Dilemmas
- 4.3.5. Review by Omission: Omissions Infringing Fundamental Rights in the Context of AI